PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2019

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR S.A.

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação – São Paulo, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A.
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de novembro de 2019.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Waldemar Namura Junior
Contador CRC 1 SP 154938/O-0

PLANNER SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR S.A.
CNPJ(MF) 05.684.234/0001-19

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

Valores em R$ mil

A T I V O	Nota explicativa	30/06/19	30/06/18
CIRCULANTE		1.229	1.297
DISPONIBILIDADES	4	6	7
TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	5	1.210	1.290
Carteira própria		1.210	1.290
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		10	-
Empréstimos e titulos descontados		10	-
OUTROS CRÉDITOS		3	-
Diversos		3	-
TOTAL DO ATIVO		1.229	1.297

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

Valores em R$ mil

P A S S I V O	Nota explicativa	30/06/19	30/06/18
CIRCULANTE		1	1
OUTRAS OBRIGAÇÕES		1	1
Fiscais e previdenciárias		1	1
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6	1.228	1.296
Capital:		1.100	1.100
De Domiciliados no país		1.100	1.100
Reservas de lucros		172	194
Lucros ou (prejuízos) acumulados		(44)	2
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.229	1.297

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PLANNER SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR S.A.

CNPJ(MF) 05.684.234/0001-19

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO 2019 E 2018

Valores em R$ mil

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS		1º-SEM-19	1º-SEM-18
RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		22	72
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		22	72
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		22	72
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(66)	(70)
Outras despesas administrativas	7	(65)	(66)
Despesas tributárias		(1)	(3)
Outras despesas operacionais		-	(1)
RESULTADO OPERACIONAL		(44)	2
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(44)	2
(PREJUÍZO) / LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		(44)	2
Nº de ações .....:		1.100.000	1.100.000
(Prejuízo)/ Lucro por ação.....R$		(0,04)	1,59

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PLANNER SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR S.A.

CNPJ(MF) 05.684.234/0001-19

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em R$ mil

Semestre de 01/01/19 a 30/06/19

	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/19	1.100	14	158	-	1.272
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	(44)	(44)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/19	1.100	14	158	(44)	1.228
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	-	-	(44)	(44)

Semestre de 01/01/18 a 30/06/18

	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/18	1.100	14	180	-	1.294
Lucro líquido do semestre	-	-	-	2	2
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/18	1.100	14	180	2	1.296
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	-	-	2	2

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PLANNER SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR S.A.

CNPJ(MF) 05.684.234/0001-19

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO DOS SEMESTRES FINDOS
EM 30 DE JUNHO 2019 E 2018

Valores em R$ mil

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto	1º-SEM-19	1º-SEM-18
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) / Lucro líquido do semestre	(44)	2
	(44)	2
Variação de Ativos e Obrigações	41	5
(Aumento) redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos	52	4
(Aumento) redução em operações de crédito	(10)	-
(Aumento) redução de outros créditos	(1)	1
Caixa liquido (consumido nas) proveniente das atividades operacionais	(3)	7
(Redução) / aumento líquida de caixa e equivalentes de caixa	(3)	7
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	9	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	6	7

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

-

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A. ("Sociedade") foi constituída em 31 de outubro de 2002, sendo autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 21 de março de 2003, com o objetivo conceder financiamentos e prestar garantias a pessoas físicas, a fim de viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial e industrial, de pequeno porte, e a pessoas jurídicas classificadas como microempresas na forma da legislação e regulamentação em vigor.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil.

Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que foram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil e estão consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para Imposto de Renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração e autorizada a sua publicação em 29 de novembro de 2019.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração de resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência.

b. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN) e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação: adquiridos com o objetivo de serem ativa e, frequentemente, negociados, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda: que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
- Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

c. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.

d. Passivos circulantes e não circulantes

- Demais passivos circulantes e não circulantes: são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços;

- Provisões: uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

e. Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para o imposto de Renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R$240 no ano. A provisão para Contribuição Social está sendo calculada à alíquota de 15% (20% em 2018), após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

f. Ativos, passivos contingentes e outras obrigações

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil:

- Contingências ativas: não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação; e
- Obrigações legais - ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações fiscais e tributárias, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

g. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e por aplicações em títulos de renda fixa, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pela Sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

	2019	2018
Disponibilidades		
Depósitos Bancários	6	7
	6	7
Total de caixa e equivalente caixa	6	7

5. Títulos e valores mobiliários

a. Descrição dos procedimentos de classificação e avaliação

Os títulos estão classificados em sua totalidade como “Títulos para negociação”.

b. Composição

		Carteira própria	
	Vencimento	2019	2018
Títulos de renda fixa			
Letras financeiras do tesouro	01/09/2022	754	1.025
Cotas de Fundos de Investimentos		456	265
		1.210	1.290

Embora as Letras Financeiras do Tesouro (LFT) tenham vencimento superior a 360 dias, elas foram classificadas no ativo circulante por serem frequentemente negociadas.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base no preço médio de negociação divulgado pela ANBIMA no último dia útil do semestre.
Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

As cotas de fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor justo da cota, no último dia útil do semestre. E, estão custodiadas no Administrador do fundo integrante da carteira.

6. Patrimônio líquido

6.1. Capital social

O capital social de R$1.100 está representado por 1.100.000 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizada na data do balanço, por acionistas domiciliados no país.

6.2. Reservas

Em 30 de junho de 2019 as reservas são compostas por: Reserva Legal no montante de R$14 (R$14 em 2018); e Reservas Especiais de Lucros no montante de R$158 (R$180 em 2018).

7. Outras despesas administrativas

	2019	2018
Despesas de propaganda e publicidade	-	(18)
Despesas com publicação	(17)	-
Serviços Bancários	(19)	(19)
Assessoria técnica	(18)	(17)
Outras despesas	(11)	(12)
	(65)	(66)

8. Demandas judiciais

No decorrer de suas atividades operacionais, a Sociedade está exposto a riscos tributários, trabalhistas e previdenciários. Em 30 de junho de 2019 e 2018, a Sociedade não estava envolvida em nenhum processo com risco classificado entre provável e possível dos quais houvesse a necessidade de registro contábil ou divulgação em nota explicativa, respectivamente, em observâncias as práticas contábeis aplicáveis.

9. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão representadas por:

a. Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2019 havia transações em aberto com a parte relacionada "Planner Corretora de Valores S.A." no montante de R$1.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não ocorreram remunerações as pessoas chave da Administração durante os semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018.

10. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2019		2018	
Apuração de IR/CS	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(44)	(44)	2	2
Base de cálculo	(44)	(44)	2	2
Adições/(exclusões):				
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	14	14	-	-
(Reversão) de provisão de liquidação duvidosa	(11)	(11)	-	-
Lucro real	(41)	(41)	2	2
Encargos de 15% IRPJ	-	-	-	-
Encargos de 15% CS (20% em 2018)	-	-	-	-
Total de IRPJ e CSLL	-	-	-	-

Em 30 de junho de 2019 a Sociedade apresentava saldos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R$58 (R$7 em 2018), não reconhecidos em suas demonstrações contábeis, uma vez que os critérios estabelecidos na Resolução nº 3.059/2002, alterada pelas Resoluções nº 3.355/2006, nº 4.192/2013 e nº 4.441//2015 do Conselho Monetário Nacional – CMN e Circular nº 3.776 do BACEN não terem sido atendidos.

11. Limites operacionais

A Sociedade adota o critério de patrimônio líquido consolidado, para atendimento aos limites operacionais e requerimentos de capital.

12. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2019.

A DIRETORIA	REINALDO DANTAS Contador CRC 1 SP 110330/O-6